Os espaços da arte e a arte dos espaços sociais: um ponto de vista subjetivo para um espaço criado

Carlos Fernando Galvão[1]

RESUMO
Como todo objeto artístico, o Espaço Geográfico é uma construção social, cujo significado maior está na historicidade que o criou e que representa o modo de vida e a organização social dos povos. A arte é um meio de expressão e comunicação que, para além desse fato, é produto da subjetividade, mas também lhe serve como parâmetro definidor. Espaço Geográfico e arte possuem, deste modo, uma ligação mais intrínseca do que uma primeira leitura pode fazer crer.
Palavras-chave: Subjetivação. Espaço Geográfico. Espaço Social. Objeto Artístico

Spaces of art and the art of social spaces: a subjective view to a build space
ABSTRACT
Like all art objects, a geographic space is a social construct whose greatest meaning lies in its historicity which represents a people's way of living and their social organization. Besides being a means of expression and communication, art is not only a product of subjectivity but can also serve as its defining parameter. Geographic space and art are more intrinsically bound than one would suppose at first read.
Keywords: Subjectification. Geographic Space. Social Space. Art Object.

Los espacios del arte y el arte de los espacios sociales: un punto de vista subjetivo para un espacio creado
RESUMEN
Como todo objeto artístico, el Espacio Geográfico es una construcción social, cuyo mayor significado está en la historicidad que lo creó y que representa el modo de vida y la organización social de los pueblos. El arte es un medio de expresión y comunicación que, a mayores, es producto de la subjetividad, pero también le sirve como parámetro definidor. Espacio Geográfico y arte tienen, de este modo, una conexión más intrínseca de lo que una primera lectura puede dar a creer.
Palabras clave: Subjetividad. Espacio Geográfico. Espacio Social. Objeto Artístico.

[1] Geógrafo, Doutor em Ciências Sociais e Presidente da ONG Cidade Viva.

Arte e Espaço como transcendências

A palavra "arte" ver do latim, "*ars"* e que dizer "*técnica* e/ou *habilidade"* de se fazer alguma coisa. Entretanto, não é uma coisa qualquer. Então, que coisa é essa? Em geral e no senso comum, arte é um resultado possível das atividades humanas ligadas às manifestações de ordem estética e, portanto, sensitiva, a começar da compreensão de Immanuel Kant sobre o estético, ou seja, que é estético tudo aquilo que dá prazer ao *ser*. Não necessariamente o prazer dos Hedonistas, no sentido da busca pelos regojizos imediatos da vida, embora não os exclua, mas um prazer, também, de caráter mais... metafísico e existencial, por assim dizer, para não falar no espiritual. Deste ponto de vista, Kant, se é que podemos fazer tal ilação, se aproximava mais dos Epicuristas, os quais buscavam, também eles, o prazer. Contudo, basicamente, a busca dos epicuristas era pelos prazeres superiores, ou seja, para eles, haveria certa hierarquia do prazer humano. Certamente, um objeto artístico, por este prisma, não é uma criação Estóica. Os estóicos buscavam a elevação humana e espiritual pela renúncia dos desejos mundamos que seriam, nesta perspectiva, a fonte de nossas tristezas, frustrações e infelicidades.

Não obstante, o que frustra mais: o prazer não atingido, mas cuja busca pode ter proporcionado alguma satisfação pelo simples fato de retirar o *ser* de um estado de inércia vital e de catatonismo emotivo, ou o sentimento de estagnação senso-perceptiva, cognitiva e emotiva, por nunca ter buscado aquilo que se considera prazeroso? Sim, é verdade, um estóico talvez respondesse que a simplicidade de uma vida pacata e em pleno acordo com supostas leis racionais da natureza criadas pelo ser divino, ilumina o *ser* terreno e tudo o que lhe é externo deve ser abandonado, pois só assim este mundo tornar-se-ia um Cosmos (do grego "*harmonia*"). Na filosofia oriental-hinduísta, por exemplo, temos a idéia de "Maya", tida como uma grande ilusão reveladora de Brahman, a divindade criadora do Universo (Cosmos), já que seria seu aspecto material e visível, ao contrário de "Atman" (alma), que seria o sopro do divino no ser humano (Rodhen, 2008). Não vamos aqui afirmar que tal cosmogonia é incorreta; não temos elementos para tanto. Contudo, desconfiamos de que talvez faltem informações importantes nesta história.

Sem dúvida, a busca pela simplicidade do *ser* auto-consciente e receptivo em relação às coisas universais é importante; toda consciência, segundo as teorias Existencialistas, é "consciência de alguma coisa", de um objeto que ela não é, como afirmava, por exemplo, Sartre (1997). Se não houvesse essa percepção, simplesmente

não haveria consciência, não haveria o “ser no mundo”, de Heidegger (2004). Aliás, essa transcendência do *ser* em relação ao mundo é uma noção importantíssima para que possamos entender os dois conceitos centrais deste artigo: arte e espaço, apenas aparentemente desconexos.

Dentre os espaços sociais, conceitualmente à nossa disposição, focaremos nossa atenção no Espaço Geográfico. Este último, uma criação humana, possui ao menos duas dimensões: a matemática ou geométrica, é aquela observada nos mapas, quer dizer, é a dimensão cartografável do Espaço Geográfico. A outra dimensão é a existencial, não o contrário da geométrica, mas sua contraparte.

Para Kant, tempo e espaço seriam conceitos *a priori* do ser humano, quer dizer, seriam categorias naturais com as quais o Homem teria que lidar: o tempo seria o passar dos instantes e o espaço, uma espécie de “recipiente”, com seus elementos naturais, com os quais interagiria e sobre os quais disporia suas criações. É uma definição boa, mas insuficiente para os conhecimentos que já construímos após a morte de Kant (no início do século 19). Uma bolsa em cima de uma mesa é um objeto que, se disséssemos para alguém, está ocupando um lugar no espaço, não haveria discordâncias; se pedíssemos para que essa mesma pessoa pegasse a bolsa, ela o faria, com facilidade. Porém, e se pedíssemos para que essa pessoa pegasse o espaço que a bolsa estava ocupando? O que ela diria, depois de fazer uma cara espantada, pela impossibilidade material de atender ao pedido? Espaço é, numa visão mais Heideggeriana, mais Existencialista, uma relação de troca e de senso-percepção, do que uma espécie de objeto dado e palpável.

A artista plástica Fayga (1983) mostrou a beleza da relação *ser* e espaço, ao afirmar que nós não apenas vivemos *no espaço*, mas *somos o próprio espaço*. Prolongando este raciocínio, para ratificá-lo, podemos indagar o que você, leitor(a), diria sobre uma pessoa que sabe muito sobre alguma coisa. Talvez você diga que tal sábio tem um conhecimento “profundo” ou, mais coloquialmente, que “está por dentro”; ao contrário, se você pode dizer que tudo o que o pseudo-sábio falou é uma “superficialidade” a toda prova e que, neste caso, ele “está por fora” do assunto. Ora, “profundo; está por dentro; superficialidade; está por fora”, são, todas elas, referências lingüísticas que mostram como, mesmo do ponto de vista de posicionamento no mundo ou físico ou metafísico ou... enfim, mostra como a autora estava certa ao amalgamar *ser* e espaço.

O geógrafo Milton Santos falava, pouco antes de morrer, em 2001, sobre uma "Geografia do corpo humano", posto o fato de que não haveria sentido falarmos em Espaço Geográfico sem aquele que o organiza e o marca com suas "digitais", por assim dizer, sejam elas manuais ou culturais. Pelo até aqui exposto, a busca por espaços sociais, como o geográfico, é, sob o ponto de vista aqui adotado (há outros, é claro, e tão legítimos quanto o nosso), em boa medida, uma busca por nós mesmos, e não apenas para a construção de sociedades historicamente consistentes e geograficamente posicionadas, mas também e, diríamos mesmo, sobretudo, uma busca pelo que há de mais valioso para cada um de nós: nós mesmos! Essa não é, de modo algum, uma busca egoísta (ou não deveria ser), posto o fato de que não há, como já é até lugar comum, um "eu", sem um "tu" e nenhum dos dois vive bem sem que o outro esteja satisfeito. Mas buscar um espaço social é, no fundo, o resultado coletivo da própria constituição social do *ser*, em seus posicionamentos conscientes perante o mundo e seu grupo e deste em si mesmo e na forja dos seus espaços de vivência. Captando a materialidade ou constituindo-a, ao externar-se, o *ser* constrói a si mesmo ao construir um mundo para si; como contraparte existencial, ao construir o seu mundo, o *ser* se (re)constrói.

Esse processo exige ações humanas em várias dimensões. Ao buscar um objeto que seja universalmente partilhado e que dê prazer, independente de hierarquias, o *ser* cria no mundo não um artefato puro e simples, mas sobretudo cria uma forma de mostrar aos outros *seres* o que há de mais bonito e afetuoso em si mesmo. Comunicar-se é mais do que transmitir informações, é se fazer entender e essa é, na perspectiva aqui adotada, a própria essência de um objeto artístico. Arte é, pois, no nosso entender, talvez não apenas, mas bastante, tudo aquilo que o *ser* cria para expressar seus sentimentos e percepções de mundo, tanto idealista quanto materialistamente falando. Ou seja, induzindo ou deduzindo, a arte constrói o *ser*, tanto quanto esta constrói a arte. Nosso "poetinha", Vinicius de Moraes, já disse que "o operário faz a coisa e a coisa faz o operário" no poema "Operário em Construção". Com isso, comunicando-se com os outros *seres*, o *ser* cria um entrelaçamento de sentimentos, percepções e reflexões acerca do mundo e da vida e são esses os fatores que os leva a fazer nascer, através da arte, ou seja, de certa perspectiva, através do próprio *ser*, os espaços de vivência e de existência social, os quais, uma vez organizados, culturalmente, para cada modo de vida, de cada sociedade, em sua materialidade, fazem nascer no mundo o tipo de espaço social que bem podemos chamar de geográfico.

Construindo espaços capitalistas de mercado

O Espaço Geográfico, na qualidade de um Espaço Social, é, sem dúvida, como correntemente lhe é imputado, por assim dizer, uma construção social de espaço, ao longo dos tempos históricos e não de modo linear, mas de modo dialético, posto que há vários momentos em que o passado é revisto à luz de novas descobertas. A História humana é fruto de interpretações e não de fatos inquestionáveis. Nossos espaços seguem o mesmo padrão dialético.

Desde pelo menos as Revoluções Científica, do século XVII, e Industrial, do século XVIII, em concomitância às sucessivas mudanças políticas, como a Revolução Francesa, de fins do século XVIII e início do século XIX, as Revoluções Liberais de 1848 e os movimentos libertários que vieram a ter seu ponto mais alto com as revoluções progressistas do século XX, desde todos esses movimentos sociais, a construção do Espaço Geográfico vem obedecendo uma lógica senão puramente capitalista, ao menos com parâmetros bastante similares. Isso é tanto mais verdadeiro quanto mais nos aproximamos de fins do século XX e início deste século XXI, quando o mundo, praticamente todo ele, se rendeu à lógica da economia de mercado capitalista. Um dos graves erros de avaliação de boa parte da esquerda mundial foi combater o mercado, como se ele fosse sinônimo de capitalismo e isso é falso. Mercado sempre existiu na História humana, bem antes do capitalismo nascer e provavelmente vai sobreviver a ele, depois que ele morrer por implosão ou for assimilado por outra forma de organização econômico-social. Essa confusão, teorizada pelo historiador Fernand Braudel, em seu livro clássico "*O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*", levou a sucessivas ações desencontradas para que formas alternativas de construção de espaços sociais, como o Geográfico, pudesse florescer. Construir espaços sociais não é tarefa trivial e muito depende da cultura e dos valores sociais que proliferam, em maior ou menor grau, nas hostes dos grupos sociais dominantes ou, como diria Gramsci, hegemônicos (1985 e 1999).

Sobre rosas e pântanos

Um livro famoso foi escrito com o fito de provar que várias afirmações da Bíblia são corretas, mas uma blague complementava: “e a Bíblia tem razão, apesar do livro”. Não raro, parte-se de um pressuposto correto e, ou o sujeito assume como válidas justificativas incorretas ou parciais ou chega a conclusões, no mínimo, dúbias e/ou questionáveis.

Uma das características mais marcantes do capitalismo tem sido, historicamente, produzir ilhas de riqueza no meio de um oceano de pobreza; rosas no meio de um pântano. O suprimento das carências nossas é realizado pelo consumo, ainda que o acesso à renda e às compras venha se reduzindo a passos largos. Temos que ter inteligência, individual e social, para compreendermos as regras desse jogo, desse grande cassino capitalista e a gramática de engendramento do seu sentido, ou seja, a sua ideologia. Sem isso, continuaremos enxugando gelo ou, tal como cachorro louco, correndo atrás do próprio rabo. Consumimos por consumir e não para suprir uma necessidade ou mesmo para ter apenas prazer. Este tem vindo, ainda que nem todos se deem conta disso, do consumo em si e não da necessidade atendida ou do gosto pelo objeto consumido; de meio, tornamos o consumo um fim em si mesmo, é o consumo hedonista e teleológico da atualidade.

O pensamento pós-moderno, por não acreditar em macro soluções nem no futuro, transformando-o num presente diariamente renascente, condenou a História ao ostracismo, dando lugar a ideias estapafúrdias como o fim dessa mesma História. Em oposição ou em complemento (depende do ponto de vista do interlocutor) à pós-modernidade, os filósofos Lipovetsky e Charles propõe a “Hipermodernidade”. Esta seria algo como um aprofundamento dessa pós-modernidade pelo exagero de idéias e ações sociais. Viveríamos, na hipermodernidade, a Era do Exagero: hipertexto; hiperconsumo; hiperguerras; hipermiséria etc. Mas a hipermodernidade guardaria, para os autores, da pós-modernidade, a mesma amargura presente pela falta de perspectiva de futuro melhor e a mesma crença, no nosso entender, perigosa, quanto ao poder supremo da razão como “resolvedora” de todos os problemas da humanidade (2004). Hiper são também as metrópoles e as megalópoles, cada vez mais tentaculares e opressoras; hiper é o mercado do consumo, onde todos querem consumir tudo, mas quase ninguém está podendo

consumir quase nada. A abundância e a escassez, ladeadas, são também hipermodernas. Modernidade, pós-modernidade ou hipermodernidade? Façam suas apostas!

Estado e mercado nas ações sociais

Um dos maiores pensadores da esquerda desde Marx (talvez o maior), Antônio Gramsci, partia da ideia de que as classes, tal como as entendiam Marx, são as forças materiais que controlam a sociedade e, ao mesmo tempo, constituem-se em sua "força intelectual" dominante. À concepção marxista de classes sociais, com algumas falhas sem dúvida, mas ainda hoje bastante atual e inteligente, Gramsci acrescentou o conceito de Hegemonia, que expressa o consentimento das classes subalternas à dominação burguesa e à reprodução de sua ideologia. Essa hegemonia, segundo Gramsci, se expressa pela fração dominante dentro da sociedade civil, que exerce o controle pelo intermédio de sua liderança moral e intelectual e, por isso, articula os interesses das outras frações sociais dominadas (1985 e 1999). Os interesses da burguesia moldam os interesses da classe proletária o que significa dizer que a hegemonia capitalista, além de política e ideológica, é também econômica, ainda que o discurso de alguns seja o de que questões econômicas e/ou contábeis ou administrativas são "a-ideológicas" e, portanto, seriam questões técnicas, não passíveis de serem alteradas pela política.

A disputa pela hegemonia seria a luta de classes por excelência, no entender de Gramsci e essa luta era, como ainda é, em grande medida, travada pela disputa do aparato jurídico-político do que a literatura social denomina de Estado. O jurista austríaco Hans Kelsen, por exemplo, dizia que "o Estado é a lei". Ou, mais objetivamente, a briga pela hegemonia estatal é a luta pelo controle dos fundos públicos (investimentos sociais em infraestrutura; serviços públicos diversos; sistema previdenciário etc.). Essa dominação e essa apropriação privada das forças públicas por parte da classe dominante é feita, pois, em grande parte, pelos mecanismos ideológicos e administrativos do Estado e da sociedade civil organizada ou, em termos gramscianos, orgânica. Para superar esse quadro de tensão hegemônica e sobreposição da maioria pela minoria com acesso a esses fundos públicos, dizia Gramsci, só mesmo criando uma contra-hegemonia, vinda da base.

Várias tentativas de pensar, propor e realizar caminhos alternativos, mesmo de grande parte da esquerda tradicional, nos mostra que não é fácil fugir da armadilha de idéias pré-concebidas e ações padronizadas. A razão iluminista e utilitarista teve o seu

papel, mas não tem condições de responder às demandas complexas deste nosso século XXI. Da Revolução Científica do século XVII que nos fez aumentar a capacidade de domínio na Natureza e da razão iluminista, dela decorrente e, ainda, da crença em nossa capacidade tecnológica de intervenção ambiental e na produção infindável de bens e serviços, nasceu o sistema econômico conhecido por Capitalismo, cuja lógica cartorial e patrimonialista baseia-se na sociedade de consumo, cada vez mais ambientalmente depredatória, excludente politicamente e desenfreada economicamente, já que o desemprego, por exemplo, em várias profissões, se torna estrutural e a renda e o lucro podem ser auferidos a partir de meios abstratos, como o sistema financeiro e não mais (apenas) concretos, como o chão da fábrica.

O Estado Moderno, estruturalmente, é uma instituição que está ligada ao processo capitalista, de modo que se tornou quase impossível que tomasse outra forma que não a de mero executor da reprodução ampliada do capital. Mesmo onde esse Estado assumiu, teoricamente, formas diferenciadas, como no antigo mundo comunista-estalinista ou no Estado do Bem Estar Social (embora esse último tenha sido, dentre as experiências que tivemos, em níveis mundiais, talvez a que tenha sido a experiência mais bem sucedida de justiça social), ele esteve à serviço dos grupos sociais que o têm hegemonizado desde o nascedouro. A vida e seus espaços são (re)construídos dia a dia, tijolo a tijolo, concreta e simbolicamente.

O capitalismo forjou ou, ao menos, acirrou, uma diferença brutal entre duas grandes classes sócio-econômicas, a dos proprietários e a dos não-proprietários. Para o sociólogo alemão Robert Kurz ("O declínio da classe média", Folha de S. Paulo, Caderno Mais! - 19/09/04) o conceito tradicional de Marx sobre classes sociais ainda é importante, mas já não pode ser analisado de modo rígido (como, aliás, achamos que nunca poderia ter acontecido, a não ser em leituras por demais dogmatizadas). Nesse entendimento tradicional, é a classe operária quem produz a *mais-valia* ao ser explorada pela classe capitalista por meio da propriedade privada dos meios de produção. Não obstante, hoje, como disse Kurz,

> a nova pobreza não surge por conta da exploração na produção, mas pela exclusão da produção. Quem ainda está empregado na produção capitalista regular já figura entre os relativamente privilegiados (...). Inversamente, tampouco a 'classe dos capitalistas' pode ainda ser definida no velho sentido, segundo os parâmetros da clássica 'propriedade privada dos meios de produção'. (...) O 'capital' não é um grupo de proprietários legais, mas o princípio comum que determinava a vida e a ação de todos

os membros da sociedade não só exteriormente como também em sua própria subjetividade.

Segundo César Benjamin ("Atualidade de Marx", Caros Amigos, setembro de 2004), a sociedade industrial, tal como era organizada no século XIX, teria três características marcantes no entender de Marx: a) o aumento constante da quantidade de mercadorias, a tal ponto em que absolutamente tudo se transformaria em mercadoria; b) a ampliação da escala geográfica de atuação do capital; c) como as necessidades e os sonhos são infinitos, mas a capacidade de produção material não, haveria uma cada vez maior necessidade de produção de bens voltados para o que Benjamin chama de "*fantasia*". Três fatores decorreriam desse tipo de sociedade, segundo a leitura de Benjamin: a) uma revolução técnica incessante para "*expandir o espaço e contrair o tempo da acumulação*"; b) uma revolução cultural, para criar a base de desejo e consumo e c) na expressão usada por Benjamin, a ocorrência de um "*sistema-mundo*", para incluir o máximo de pessoas – mas, é bom ressalvar, sem que a acumulação capitalista seja ameaçada. Sobre as idéias expostas pelo professor Benjamin, gostaríamos de fazer algumas observações que julgamos importantes. Quando ele lembra a idéia de Marx sobre a transformação geral de tudo em mercadoria, seria interessante acrescentarmos o fato de, ao vender sua força de trabalho, o próprio Homem se fez uma mercadoria, porque pode ser "comprada" por quem detém poder para tanto.

À ampliação geográfica de atuação do capital corresponde um fenômeno típico dos anos 90 para cá e, mesmo não tendo sido previsto por Marx, é uma conseqüência direta dessa ampliação escalar do capital: o surgimento dos blocos econômicos. Para ganhar mercados, as empresas e os países vendem sua cultura para homogeneizar hábitos e valores e, portanto, homogeneizar o próprio consumo de mercadorias. Quer dizer, por mais que neguem, é ideologia pura. Para tanto, a mídia e a publicidade se encarregam de acirrar ou mesmo para criar, em alguns casos, nossos desejos por coisas que nem precisamos, mas compramos, mesmo assim, e é isso o que dá vazão aos sonhos infinitos.

Quando Benjamin expõe suas conclusões no artigo, alguns detalhes também são importantes. Não está correta a afirmação (se a mesma for compreendida de modo linear e baseado no senso comum) de que o espaço se expande; melhor seria dizer que nossa percepção de espaço tem-se modificado e, com isso, o uso que dele fazemos, também, numa idéia bem mais heideggeriana do que marxista, digamos assim; do mesmo modo, o

tempo da acumulação pode, perfeitamente, ser modificado apenas em nossa percepção já que, como afirmava Jung, tempo é a percepção que temos dele. Tudo somado, somos levados a concordar (conforme menção anterior) com Kant que dizia serem tempo e espaço, não categorias da Natureza, em si, mas sim categorias humanas, na relação nossa com a Natureza. Por fim, o *sistema-mundo* citado por Benjamin é uma realidade do estágio atual da mundialização e esse sistema constitui um espaço geográfico dividido no que o geógrafo Rogério Haesbaert chamou de "Territórios-Rede", onde as redes sociais de todos os tipos, como a informacional e a financeira, talvez as duas maiores, têm papel preponderante; os territórios estão cada vez mais prenhes de informação e conhecimento, bem como as mercadorias que por ele circulam, afirmava outro geógrafo, Milton Santos.

Benjamin lembra que, para Hegel, o novo só teria espaço para surgir quando o antigo atingisse a sua plenitude. Assim, afirmava Marx, a sociedade capitalista entraria em crise quando esse processo de abstração da acumulação chegasse a um limite extremo, tanto, que o capital não mais poderia ser o eixo de organização da vida social. Esse seria o momento de extenuação e de queda do capitalismo e, por conseguinte, de sua superação. Até o momento, irreal.

Trabalho e Alienação

Para Hegel, o Estado seria algo como uma entidade na qual estaria' "encarnado" o que Hegel chamou de "racional universal" da sociedade. Contudo, para Marx, essa era uma idéia falsa, uma vez que o importante seria superar o sistema capitalista e isso não seria possível por intermédio do Estado, uma instituição burguesa, por natureza. Superar o capitalismo, para Marx, era superar, também, o Estado e seu aparato ideológico superestrutural.

Em Marx, relembrando, o conceito de classe passa pela exploração que a classe proprietária fazia pesar sobre os excluídos da propriedade privada dos meios materiais de produção de mercadorias tangíveis. A *mais-valia* era, justamente, essa exploração extraída da produção material do trabalho social que produzia os objetos e que gerava o que Marx chamou de "fetiche da mercadoria"; era uma "*mais-valia material"* ou, por assim dizer, uma "*mais-valia real*". Mas isso, por si só, não explica o momento atual de exploração das pessoas, afirma Kurz. E não explica mesmo. Para Kurz, como dito anteriormente, a

exploração não é mais realizada – ou melhor, devemos dizer que a exploração maior não é mais (apenas) realizada – pela alienação dos incluídos, mas pela realizada a partir dos excluídos do sistema de produção capitalista, que Marx chamava de "exército industrial de reserva", enorme, crescente e não mais apenas industrial, como na época da Marx e mesmo na de Gramsci. A centralidade na atual fase capitalista, não está mais (pelo menos não apenas) no tradicional operário, sujeito maior da classe proletária despossuída dos meios de produção, mas nos fluxos de capital, controlado por grandes corporações, essas poderosas redes sociais capitalistas.

Trabalho, ação social típica do que Marx chamava de "proletário", é, freqüentemente, confundido com emprego e não são, ao menos filosófica e sociologicamente, a mesma coisa. Animais, como abelhas numa colméia, "trabalham" mecânica e instintivamente. Não há subjetividade nem sociabilidade consciente, como nas sociedades humanas. Leandro Konder define "trabalho" como sendo uma "*atividade teleológica*", ou seja, uma atividade que se realiza para uma finalidade: a de produção de uma mercadoria, seja ela tangível, seja ela intangível – essa, mais característica de nossa época do que da de Marx e Gramsci. Para superar o estado de letargia e alienação laboral, Marx propôs o conceito de "práxis" que, se em Aristóteles era mais uma ação prática e concreta, em oposição à reflexão teórica, em Marx assumiu o caráter de auto-superação, quando o ser humano poderia se redefinir, se recriar, pela ampliação dos horizontes de uma crítica social que não fosse meramente teórica, mas que passa por uma crítica livre e autônoma, além de desalienante e que levasse a ações concretas de superação do *status* capitalista.

Refletindo sobre as idéias de Marx e Kurz, é legítimo dizer que o montante de capital que antes (séculos XIX e XX) era investido na (re)produção da mão-de-obra do trabalhador, agora ou, mais especificamente, desde o último quartel do século XX, tem sido investido para fazer girar a grande roda financeira do capital, de onde se tem extraído lucros cada vez maiores, apropriados por parcelas cada vez menores da população mundial. É o que chamamos de "*Neocapitalismo Fluxional*", onde a nova classe dirigente e detentora de capital ainda é senhora dos meios de produção material de mercadorias, sim. Entretanto, detém mais do que isso: manipula sobretudo o controle dos fluxos sociais (redes de informação, mercado de ações, fundos públicos, circulação de serviços do Terciário Superior etc.). Não raro, essa nova classe se preocupa apenas com o controle desses fluxos, como é o caso dos rentistas e especuladores. É o que o geógrafo Milton

Santos chamava de “Homem Lento / Veloz”. Santos dizia que aqueles que não estão preparados para processar, rápida e adequadamente as informações sociais circulantes, que impregna até mesmo os territórios (*mais-valia espacial*), vão ficar de fora das benesses do progresso humano. A *mais-valia* passa a ser *fluxional* ou *imaterial*, embora não exclua a *mais-valia material real ou tradicional*. A *mais-valia* contemporânea vem, em grande parte, da informação e do conhecimento.

Ignácio Ramounet, sociólogo e jornalista francês, pergunta como a informação é ocultada, nos dias de hoje e ele mesmo responde afirmando que é pelo aumento, puro e simples, da quantidade de informações circulantes, o que não nos dá muito tempo para refletirmos sobre que nos está sendo imposto, goela abaixo, pelas mídias. Como não conseguimos mesmo saber o que é relevante para nós, vamos “tocando o barco” como dá, deixando que alguém pense e aja por nós e, quando isso acontece, não nos damos conta de que esse pensamento e essa ação não são, exatamente, aquilo que gostaríamos de que fosse pensado e executado. Perdemos, assim, nosso senso crítico e nossa possibilidade de ação transformadora de mundo, fenômeno apontado por Mestre Paulo Freire, notadamente, em sua “Pedagogia do Oprimido”.

O *ser* consciente, o indivíduo, não é uma ilha solitária: ele vive em sociedade e há regras coletivas e códigos sociais que devem ser entendidos, apropriados, assimilados, retrabalhados, refuncionalizados e refeitos. Os espaços sociais, como o Geográfico, são resultado direto, dentre outros fatores, dessas ações e as estéticas espaciais do Espaço Geográfico exprime o modo como construção, culturalmente, nos organizamos e vivemos no espaço.

O Espaço Geográfico como um objeto artístico construído

Bom, talvez você, leitor(a), esteja se perguntando: certo, mas onde entra a arte nessa história toda? E como ligá-la ao Espaço Geográfico?

Palavras como estética, harmonia, equilíbrio, dentre outras, estão sempre presentes quando nos referimos a um objeto artístico, mas também aparecem quando falamos do Espaço Geográfico, por exemplo. Sendo um e outro, quer dizer, o objeto artístico e o Espaço Geográfico, criações humanas e, de algum modo, expressões do próprio *ser*, sendo o primeiro individual, embora impregnado da cultura na qual seu criador nasceu e

viveu, e o segundo, um ente coletivo, podemos apreender o Espaço Geográfico, nos limites do raciocínio que aqui exponho, como um “objeto imaterial artístico”, que abriga, em sua materialidade, vários outros objetos artísticos, como um belo museu, que pode ser, por si mesmo, uma obra de arte arquitetônica, como é o caso do MAM, no Brasil, ou do *Hermitage*, em São Petersburgo (antiga Leningrado), na Rússia (antiga União Soviética) e pode conter outros vários objetos artísticos ou como um quadro de *Van Gogh* ou uma múmia egípcia.

Esses (e outros) são espaços e objetos de arte, os quais, proporcionando prazer ao *ser*, ajudam a compor e a entender o *ser* e a vida e, porque não, ajudam, também, na concepção artística de vários de nossos espaços existenciais, tanto os individuais, nossas casas, por exemplo, quanto os coletivos, como o Espaço Geográfico.

Arte é vida porque somos nós mesmos, externados e eternizados, pelo hedonismo, muitas vezes despretensioso e, idealmente, carinhoso, da sensibilidade de nossos artistas ou mesmo por seu epicurismo. Pouco importa: arte é, do ponto de vista ora externado, um projeção do *ser*, em direção ao seu próprio projeto de auto-constituição e de posicionamento no mundo. O, heideggeriano, “*ser aí, no mundo*”, também pode ser um “*ser* aqui, em si mesmo” (embora projecional, senão confundir-se-ia com o “ser-em-Si” Sartreano) e a arte, sua mais profunda e arraigada expressão. A arte, qualquer que seja a forma por ela assumida, é o *ser*; o *ser*, é arte.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Volumes I e II. Coleção Pensamento Humano. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1983

RODHEN, Huberto. **O espírito da filosofia oriental**. São Paulo: Martin Claret,

2008

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997